

## Decisão do STF sobre aval do Congresso para privatizar foi destaque

O governo não pode privatizar empresas públicas e sociedades de economia mista sem aval do Congresso. Foi o que **decidiu**, por seis votos a cinco, o Plenário do Supremo Tribunal Federal na quinta-feira (6/6), seguindo o **voto** do relator, ministro Ricardo Lewandowski.

Segundo ele, "crescentes desestatizações" podem apresentar prejuízos ao país. Por isso, é necessário que o Congresso, onde estão os representantes do povo, se manifeste sobre as privatizações.

De acordo com a corte, a exigência de autorização não se aplica à alienação das subsidiárias e



### Pacto dos Poderes

Em sessão administrativa, os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram uma proposta de emenda ao Regimento Interno da corte para **ampliar o rol** de processos que podem ser julgados no Plenário Virtual.

Com isso, passa a ser possível, em ambiente eletrônico, a análise de medidas cautelares em ações de controle concentrado; o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias; e demais classes processuais cuja matéria discutida tenha jurisprudência dominante na corte.

### Frase da semana



Não há crime sem lei que o defina, é um passo demasiadamente largo que eu não dou. A normatização cumpre ao Congresso, o monopólio da força é do Estado, e mediante decisão judicial não se pode chegar a tanto”  
Marco Aurélio, ministro do STF, ao [afirmar](#) que Supremo não pode criminalizar homofobia sem lei

## Entrevistas da semana



Autor do livro *Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos*

*indesejáveis*, o juiz Rubens Casara afirma que o Direito, com suas garantias fundamentais e regras comuns à sociedade, está perdendo espaço para a Economia.

Em [entrevista](#) à **ConJur**, ele defende que o Direito foi capturado pela lógica neoliberal de mercado. Isso quer dizer, afirma o magistrado, que tudo passou a ser negociável como se fosse mercadoria, inclusive direitos e garantias.

## Ranking

ConJur



**2,5 milhões**

número de visualizações  
de página na ConJur



**1,3 milhão**

número de visitantes  
na página

Fonte: Google Analytics

Com 81,8 mil acessos, a [notícia mais lida](#) é sobre decisão do TJ-SP que

autorizou o bloqueio de passaporte e cartões de crédito de um devedor.

Segundo a corte paulista, a medida pode não ter um efeito imediato no pagamento de uma dívida, mas lembra o devedor de que ele tem uma pendência, evita que assuma novas dívidas e permite que preserve o seu patrimônio, podendo pagar o débito futuramente.

Com 55,1 mil acessos, o [segundo texto mais lido](#) mostra o início de uma acusação de estupro envolvendo o jogador Neymar. Em sua defesa, o atleta disse estar sendo vítima de extorsão e publicou uma série de mensagens que trocou com a mulher. Nas mensagens expostas por ele, há fotos enviadas pela mulher e conversas íntimas que continuaram depois da data do fato denunciado.

### **As dez mais lidas**

[TJ-SP autoriza bloqueio de passaporte e cartões de crédito de devedor](#)

[Mulher acusa Neymar de estupro, e jogador diz que caiu em armadilha para extorsão](#)

[Dono da Dolly, Laerte Codonho pede que PGE-SP investigue procurador](#)

[Alexandre de Moraes será indenizado por ter sido chamado de "advogado do PCC"](#)

[Ministro Gilmar Mendes reduz pena de detento aprovado no Enem](#)

[STJ divulga mais 11 entendimentos da corte sobre a Lei de Drogas](#)

[Juíza do CE desclassifica crime com base em novo decreto de armas](#)

[Marco Aurélio se declara suspeito em reclamação por inimizade com Gilmar](#)

[TST aumenta indenização por dano moral de R\\$ 3,9 mil para R\\$ 20 mil](#)

[STJ mantém sucumbência de R\\$ 5 mil em ação sobre créditos de R\\$ 7 milhões](#)



---

## **Manchetes da Semana**

[Análise de cautelar em ações de controle será feita no Plenário Virtual do Supremo](#)

[É ilícita prova obtida em revista pessoal feita por segurança particular, decide STJ](#)

[Governo sanciona lei sobre internação compulsória de usuários de drogas](#)

[STF começa a julgar proibição de privatizações sem aval do Congresso](#)

[Mesmo agravo de instrumento pode questionar várias decisões interlocutórias](#)

[2ª Turma do STF discute se restritiva de direitos precisa esperar trânsito em julgado](#)

[Prazo para pedir anulação de cláusula abusiva de seguro de vida é de um ano](#)

[CNJ permite acesso de pesquisadores a processos sigilosos de Varas de Família](#)

[Tribunal Superior Eleitoral enfrentou o novo e o velho da política brasileira em 2018](#)

[Entrevista Rubens Casara: "Se juízes se afastam da lei para impor suas visões de mundo, há risco para democracia"](#)

[STJ cobra respeito à jurisprudência de juízes e tribunais, sob pena de colapso](#)

## **Date Created**

08/06/2019